



**AÇÕES E REAÇÕES: O PAPEL DO CONSELHO E DO FÓRUM
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA DE
SÃO CARLOS**

**ACTIONS AND REACTIONS: THE ROLE OF THE SOLIDARITY ECONOMY
COUNCIL AND FORUM IN THE SOLIDARITY ECONOMY OF SÃO CARLOS**

JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO

Universidade Federal de São Carlos

E-mail: joelson@ufscar.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4894-1400>

EMILLY CHAVES MARTINS

Universidade Federal de São Carlos

Email: emillychaves2001@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3583-6572X>

FERNANDA SIANI GERALDO LOPES

Universidade Federal de São Carlos

Email: fernandasiani@outlook.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9906-4896>

AMANDA GONÇALVES DE LIMA

Universidade Federal de São Carlos

Email: agoncalveslima001@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9030-1290>

RUAMA PRISCILA SANTOS

Universidade Federal de São Carlos

Email: ruama.santos@estudante.ufscar.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8175-6878>

RESUMO

O município paulista de São Carlos é uma referência nacional na economia solidária (EcoSol) que, por sua vez, vem contribuindo, desde final da década de 1990, na geração de emprego e renda para população mais vulnerável. No processo de fortalecimento institucional da EcoSol, foram criados o Fórum Municipal de Economia Solidária (FMES) e o Conselho Municipal de Economia Solidária (COMESOL) para serem espaços de discussões e debates sobre as pautas relacionadas à Economia Solidária. Feitas essas considerações, o objetivo desse trabalho é analisar os arranjos, articulações e tensões de sujeitos e entidades no contexto da Economia Solidária de São Carlos. Metodologicamente, esse trabalho se apoia na pesquisa documental, revisão bibliográfica e observação participante. Ademais, também se valeu de entrevistas semiestruturadas com agentes representativos das principais instituições do movimento de Economia Solidária no município paulista de São Carlos, o FMES e o COMESOL, e da Câmara Municipal de Vereadores.

Palavras-Chave: conselho de economia solidária; fórum de economia solidária, articulação política.

ABSTRACT

The São Carlos city of São Carlos is a national reference in the solidarity economy (EcoSol) which, in turn, has been contributing, since the late 1990s, to the generation of employment and income for the most vulnerable population. In the process of institutional strengthening of EcoSol, the Municipal Forum of Solidarity Economy (FMES) and the Municipal Council of Solidarity Economy (COMESOL) were created to be spaces for discussions and debates on the agendas related to Solidarity Economy. the objective of this work is to analyze the arrangements, articulations and tensions of subjects and entities in the context of the Solidarity Economy of São Carlos. Methodologically, this work is supported by documental research, literature review and participant observation. In addition, it also used semi-structured interviews with representatives of the main institutions of the Solidarity Economy movement in the city of São Carlos, FMES and COMESOL and the City Council of Aldermen.

Keywords: solidarity economy council; solidarity economy forum, political articulation.

1 Introdução

A economia solidária (EcoSol) pode ser caracterizada como um conjunto de atividades econômicas que são organizadas coletivamente pelos trabalhadores em torno da produção, comercialização, consumo, serviços financeiros e que compartilham valores e princípios como a autogestão, cooperativismo, solidariedade, entre outros. Os princípios nessas atividades econômicas apontam para a apropriação coletiva dos meios de produção, compartilhamento dos processos produtivos, das responsabilidades e participação democrática nos processos deliberativos (MOLINA; CARVALHO, 2020). Dito isso, fica evidente que experiências de economia solidária no Brasil são bastante antigas, todavia, seu fortalecimento, inclusive institucional, se deu a partir da década de 1980, como resposta dos trabalhadores à crise econômica, ao desemprego e ao empobrecimento da população.

A presença de empreendimentos, instituições e políticas públicas voltadas à EcoSol é bastante heterogênea no território nacional. Neste sentido, esse trabalho se detém em um município específico, a saber: São Carlos, no interior do estado de São Paulo. Este recorte territorial se justifica por São Carlos ser nacionalmente conhecido pelas ações, políticas públicas e instituições voltadas à Economia Solidária enquanto prática econômica e ação organizada em movimento social com capilaridade política. Existe no município, um movimento composto por empreendimentos econômicos solidários (EES), por um núcleo de apoio e fomento chamado de Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) vinculado à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pelo Fórum Municipal de Economia Solidária (FMES), Conselho Municipal de Economia Solidária (COMESOL) e por um Centro Público de Economia Solidária, chamado de "Herbert de Souza", além de uma frente parlamentar em defesa da economia solidária.

Por meio da observação participante é possível indicar que a atuação e as relações entre o FMES e COMESOL foram fundamentais na estruturação, sobrevivência e fortalecimento do movimento da EcoSol em São Carlos. Adianta-se que o FMES, criado em 2005 só começou a ter reuniões de forma periódica em 2012, após a criação do COMESOL.

Apresentado o contexto mais geral no qual se insere esse trabalho, o objetivo aqui pretendido é analisar e refletir sobre as relações e tensões políticas e

institucionais de sujeitos e entidades no contexto da Economia Solidária de São Carlos. Mais precisamente, busca-se analisar como as ações e reações do Fórum Municipal de Economia Solidária e do Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos contribuem para a defesa dos interesses de sujeitos e empreendimentos e a manutenção das pautas do movimento de Economia Solidária na agenda pública.

Pretende-se, por fim, com esse estudo, contribuir com um movimento que é fundamental como fonte de renda e trabalho para diversos sujeitos sociais que exercem atividades de produção, comercialização e consumo em diversos segmentos e que buscam recorrentemente se afirmarem e fortalecerem sua autonomia.

2 Considerações Metodológicas

Priorizou-se uma metodologia que permitisse analisar o estudo de caso em questão a partir de suas especificidades e generalidades comparáveis com outras realidades (TRIVIÑOS, 1987). Assim, buscando cumprir os objetivos propostos, esse artigo se vale metodologicamente, além de revisão bibliográfica, de uma análise documental das atas do FMES e do COMESOL de 2016 a 2021.

O trabalho apresentado se insere no rol das pesquisas qualitativas, sem o necessário estabelecimento de um método específico que condicionasse os procedimentos de investigação, uma vez que o estudo buscou examinar e refletir sobre um fenômeno concreto para obter um entendimento de atividades sociais e humanas (COLLIS; HUSSEY, 2005). Pretende-se, assim, uma pesquisa com o necessário rigor frente a complexidade da realidade, notadamente no que se refere a contextos sociais específicos (DEMO, 2014).

A escolha do recorte temporal se deve ao fato de que, a partir do ano de 2016, houve alterações significativas no plano federal que impactaram a economia solidária, acarretando mudanças e restrições em políticas públicas de assistência social e de geração de renda, a exemplo da extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Ministério do Trabalho, depois recriado. Ademais, esse trabalho também se valeu de entrevistas semiestruturadas com cinco agentes representativos das principais instituições do movimento de Economia Solidária no município paulista de São Carlos, o FMES e o COMESOL, e da Câmara Municipal de Vereadores.

2 COMESOL E FMES: caracterizações e articulações políticas

O Fórum Municipal de Economia Solidária e o Conselho Municipal de Economia Solidária são instituições que contribuem e alavancam para o movimento de Economia Solidária de São Carlos. Sobre o FMES de São Carlos, ele foi criado no II Encontro Municipal de Economia Solidária em 2005, com o propósito de ser uma organização democrática e não partidária dos atores da Economia Solidária, os quais são trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento (EAF) e gestores públicos, para o maior desenvolvimento desse movimento no município e para a articulação com as outras instâncias regionais, nacionais e internacionais de Economia Solidária. Além disso, essa instituição é responsável pela implementação de atividades como discussão, troca de ideias e informações sobre os empreendimentos e sobre Economia Solidária, organização de eventos relacionados à Economia Solidária; formulação, implementação e monitoramento de propostas para o fortalecimento das iniciativas de Economia Solidária; representação de São Carlos em outros espaços de discussão de Economia Solidária; e aproximação e integração entre os empreendimentos (FMES, 2005).

Além do Fórum, São Carlos conta também com o COMESOL que se constituiu após a instituição da Lei nº 15.853/2011 e tem como objetivos a formulação dos programas e projetos a serem viabilizados com recursos do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, o qual foi criado o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária para propiciar suporte financeiro à consecução do Programa Municipal de Economia Solidária, promovendo sua viabilização e organizando a captação, o repasse e a aplicação de recursos necessários à sua implementação (FARAH, 2019).

Diferente do Fórum, o qual se junta, em geral, atores e setores que se comprometam a seguir os princípios da Economia Solidária, para participar das reuniões, o COMESOL é constituído por somente 20 conselheiros, sendo 10 representantes do poder público e 10 representantes da sociedade civil (8 representantes dos empreendimentos e 2 de apoio e fomento). Os representantes de Empreendimentos e de Fomento à Economia Solidária e integrantes da sociedade civil são eleitos por meio de Conferências Municipais de Economia Solidária. Além disso, para cada representante titular é necessário ser indicado ou eleito um suplente e o mandato dos conselheiros tem duração de dois anos.

As reuniões destas instituições ocorrem mensalmente e eram sediadas, quando presencialmente, no Centro Público de Economia Solidária "Herbert de Souza" ou Betinho como é popularmente chamado. O Conselho possui caráter deliberativo, de modo que as demandas e discussões realizadas pelo Fórum, por toda a sociedade civil que o frequenta, é levado para ser debatido e votado pelos conselheiros nomeados no COMESOL.

Caracterizando-se como duas instituições chaves para a preservação do Movimento de Economia Solidária na cidade de São Carlos, o Conselho e o Fórum são os principais espaços de articulação política, abrigando e reunindo os Empreendimentos Econômicos Solidários e formando uma ponte entre a sociedade civil e o poder público. A participação ativa nesses espaços nos últimos anos, têm resultado em muitas conquistas para a EcoSol, dentre elas podemos destacar a criação e realização de feiras nas cidades, em especial a Feira da Praça XV que é um dos principais eventos de comercialização da cidade e que está ganhando cada vez mais visibilidade, sendo palco também de atrações temáticas e Políticas (OLIVEIRA FILHO, et al., 2017).

As principais discussões e deliberações de cunho político acontecem durante as reuniões do FMES, onde também são organizadas mobilizações, atividades de formação, capacitação, acolhimento de novos grupos e organização de estratégias coletivas para todos os Empreendimentos (REDE, 2019). Nesses espaços contamos com a presença de gestores públicos, entidades de apoio e fomentos e da sociedade civil. Com as articulações realizadas pelo COMESOL, podemos destacar diversas ações que fortalecem e criam o diálogo entre o poder público municipal e a sociedade civil. Vale ressaltar que desde a sua criação o Conselho Municipal teve apenas mulheres ocupando a presidência. Representando também um espaço de grande representatividade no movimento.

Devido seu caráter deliberativo o conselho possui grande reconhecimento e poder para pressionar o poder público e potencializar deliberações importantes para os produtores de São Carlos. Entre as importantes conquistas e deliberações do COMESOL destacamos também o uso do Fundo Municipal de Economia Solidária que possibilitou a realização de eventos, formações e insumos para os EES. O cadastramento de EES que ocorrem anualmente pelo Conselho também é de grande importância de modo que possibilita a organização e mapeamento dos EES.

Aqui destacamos também que é notável a participação majoritária de mulheres nos empreendimentos, se emancipando e gerando renda (OLIVEIRA FILHO, et al., 2017).

Em vista disso, temos como hipóteses para a realização do atual trabalho que a manutenção desses espaços políticos como COMESOL e FMES, juntamente com os as suas inúmeras conquistas se dão pelo fato de que esses espaços possuem: i) reconhecimento público perante a sociedade civil e poder público, ii) são Instituições de carácter social que militam e atuam na realidade social dos agentes da EcoSol envolvidos e por fim, iii) são instituições que estabelecem relações entre si de maneira coordenada e coletiva.

Contudo, apesar das conquistas já abordadas até aqui é importante ressaltar que são muitos os ataques que o movimento de Economia Solidária vem sofrendo do poder público. Recentemente, a EcoSol sofreu uma tentativa sem precedentes de retirada do Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza”, sendo essa um importante espaço para abrigar e sediar as reuniões do Conselho e Fórum Municipal, Departamento de Apoio ao Economia Solidária (DAES) e eventos já citados. Ressaltamos que uma outra tentativa de desmonte do centro público já havia acontecido em 2016. Assim como da primeira vez, a decisão do poder público de retirar o prédio do movimento foi revertida com articulação e mobilização do Fórum, Conselho e da recém-criada Frente Parlamentar de Economia Solidária. Outro problema enfrentado recentemente foi a não publicação em Diário Oficial da nomeação da nova gestão do COMESOL, o que tornou a instituição irregular por diversos meses, mas que teve esse quadro revertido recentemente após também a pressão e mobilização do Fórum e do Conselho. Desse modo, fica evidente a importância da manutenção desses espaços, das políticas públicas e do respaldo das Leis de Apoio e Fomento de Economia Solidária (OLIVEIRA FILHO, et al., 2017).

4 Resultados e Discussão

Por meio da análise documental e das entrevistas com os agentes representativos foi possível encontrar convergências por meio de unidades temáticas observáveis. Neste processo metodológico, emergiram três categorias analíticas que dão sentido e corpo à discussão dos resultados, a saber: i) Fiscalização e manutenção do movimento, ii) Garantia de políticas e direitos, iii) COMESOL e FMES como porta voz do movimento de Economia Solidária.

4.1 Fiscalização e manutenção do movimento

Nas Atas referentes aos períodos de 2016 a 2017, foi possível identificar discussões relacionadas a fiscalização de projetos desenvolvidos juntos aos Empreendimentos Econômicos Solidários, uso de equipamentos, veículos e do Fundo Municipal de Economia Solidária. Pode-se destacar também a discussão sobre o cadastramento e participação de empreendedores solidários em atividades do movimento.

Em um informativo, proveniente de uma reunião realizada em de setembro de 2016 foi discutida possibilidade do uso de um veículo proveniente do Programa Brasil sem Miséria¹ para garantir o transporte dos EES para atividades fora do Município de São Carlos, sendo essas as reuniões do Fórum Paulista de Economia Solidária (FOPES) e as reuniões mensais da Rede EcoSol Saúde, garantindo assim o maior número de representantes e participação em outras instâncias do movimento.

Também são discutidas a fiscalização do Cadastramento de novos empreendimentos na COMESOL e no CADSOL - Cadastro Nacional De Empreendimentos Econômicos Solidários. Ambos os cadastramentos são feitos juntamente com comissões criadas e com apoio do DAES, auxiliando assim os EES. O objetivo dos cadastramentos é mapear os EES e seus membros. Sendo um requisito para o uso do Fundo Municipal de Economia Solidária para futuras demandas.

Além disso, ressalta-se aqui a discussão realizada em fevereiro de 2016, no qual os membros do conselho discutiram o uso de espaços de comercialização do movimento por pessoas que não compõem a Economia Solidária. Também foram discutidas a importância de uma identidade visual para os comerciantes da economia solidária e a importância de uma comissão que possa assessorar e dar informações sobre a inserção de novos empreendimentos no movimento. Como encaminhamento para essa discussão, coube ao DAES ser responsável por fazer o diálogo junto ao poder público. Também coube ao conselho deliberar o uso do fundo para promover a divulgação do ponto de comercialização.

Outro tema muito debatido na categoria de fiscalização é do Plano Brasil Sem Miséria lançado pelo governo federal em 2011. O Programa tinha como objetivo superar a extrema pobreza até o final de 2014. Um dos eixos do Plano era o aumentar

¹ O Programa Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em 2011 pelo Governo Federal, durante a gestão da Presidente eleita Dilma Rousseff. O programa visava o desenvolvimento e superação da pobreza extrema no Brasil. Em São Carlos, o BSM financiou projetos que priorizavam a organização de Empreendimentos e a geração de Trabalho e Renda.

as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres, tendo sido desenvolvido juntamente com a entidade de apoio e fomento à Economia Solidária NuMI-EcoSol.

O projeto "Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local visando a superação da extrema pobreza no município de São Carlos -SP" foi executado entre os anos de 2015 e 2018 e tinha como objetivo atender as necessidades e demandas de Empreendimentos já existentes na cidade. Durante a análise das Atas foi possível identificar a importância da atuação do COMESOL e FMES na fiscalização e acompanhamento das etapas do projeto.

As ações de fiscalização e o acompanhamento que ambas as instâncias fazem são de extrema importância para o próprio funcionamento interno do movimento. Ou seja, pelos registros das Atas dos anos de 2018 e 2019 do COMESOL, há relatos de ausência de conselheiros nas reuniões. Por conta disso, os membros restantes do conselho precisaram pensar em alternativas para reverter a situação e garantir a presença plena de todos os envolvidos em encontros futuros. Em relação ao FMES, por ser um espaço de discussão e debate mais aberto para a sociedade civil do que o Conselho, os participantes entrevistados comentaram que a Comissão Executiva do Fórum sempre procura assegurar a presença significativa dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos e atrair a participação de novos interessados nas reuniões. O entrevistado 2 por estar há 10 anos na Economia Solidária de São Carlos comenta que a presença massiva dos participantes nas reuniões e diálogos implica em recuos de possíveis ameaças do poder público ao movimento. Além de garantir que as demandas dos EES são solucionadas da melhor maneira possível e que pautas são levadas ao COMESOL.

Quanto ao papel de fiscalização do COMESOL, o entrevistado 2 relata que a característica de fiscalização é fundamental para aproximar interlocutores políticos, pressionar e acompanhar. Já para o entrevistado 4, um diferencial é o fato de o COMESOL ser deliberativo e não apenas consultivo, como é o caso da maioria dos conselhos municipais. Essa característica fortalece e estabelece esse espaço como decisório. Propiciando discussões e elaboração de propostas a serem implementadas. Um exemplo que pode ser citado é a criação de uma incubadora pública que apesar de estar prevista em lei, ainda não foi implantada pelo poder

público. Recentemente o COMESOL está progredindo por conta própria com a criação e implantação da Incubadora.

O FMES é destacado como base do COMESOL, segundo todos entrevistados, já que as pautas debatidas nas reuniões são levadas ao conselho para serem deliberadas. Além desse papel, o FMES mostra preocupação sobre estar em outros espaços e acompanhar as discussões tidas neles para levar as informações necessárias ao movimento de São Carlos, e assim, cumprir com as pautas. Os relatos feitos na Ata de dezembro de 2019 mostram o questionamento que as pessoas envolvidas com a Economia Solidária da cidade tinham sobre a representação do Fórum Municipal de Economia Solidária de São Carlos no FOPES. O fato das pautas debatidas no Fórum Paulista estarem divergindo com as pautas do movimento de Economia Solidária de São Carlos fez com que surgissem dúvidas sobre a presença do FMES nesse espaço.

Ao analisarmos as Atas referentes aos anos de 2020 e 2021, notamos várias ações tomadas pelo COMESOL e FMES, na busca de assegurar o funcionamento dos empreendimentos e por conseguinte a manutenção da Economia Solidária de São Carlos. Durante a pandemia, um dos pontos citados nas Atas analisadas é a utilização do fundo municipal de economia solidária com o intuito de proporcionar aos integrantes dos empreendimentos cadastrados no conselho a garantia de direitos básicos de alimentação saudável, e também a compra de insumos para que os mesmos continuassem trabalhando nesse período. Porém, como há muito tempo ocorre dentro do movimento, houve a impossibilidade de utilizar o recurso, por diversos motivos e um é citado por um dos entrevistados: "O COMESOL deliberou uma compra de matéria prima. Já faz quase 2 anos e a prefeitura ainda não conseguiu viabilizar essa compra. Muito complicado." (Participante 4).

Tanto nas entrevistas como nas Atas notamos que o movimento de Economia Solidária de São Carlos vem resistindo aos ataques. Para tanto, a sociedade civil tem um papel primordial na manutenção do movimento e tal participação vem se dando por meio da articulação entre FMES e o COMESOL. Ao ser perguntada sobre o papel do fórum e conselho para superar as dificuldades, uma das entrevistadas, a participante 1, respondeu da seguinte forma: "Resistência e fortalecimento do movimento. A atuação do Fórum e do Conselho foi fundamental para apontar os problemas enfrentados pela EcoSol nos últimos dois anos e tentar resolvê-los da melhor forma possível".

Pode-se concluir então que as ações de fiscalização tomadas por ambas as instâncias têm o propósito de garantir o funcionamento pleno do movimento. Como já destacado, há o cuidado de averiguar se os projetos aprovados ou ações em benefício aos empreendimentos foram concluídos ou estão em execução. Ou ainda, como em muitos casos, cobrar o poder público de cumprir com as obrigações para que os projetos comecem a ser executados. Mas não somente isso, o FMES e o COMESOL buscam garantir a presença plena de seus membros nos encontros de discussão e debates.

A preocupação de garantir a presença máxima de todos os conselheiros nas reuniões do COMESOL e a pauta levantada para fazer a chuva de ideias com o objetivo de encontrar uma solução para os problemas de falta exemplificam bem como essa instância se preocupa em ter todos envolvidos nos momentos de deliberação de atos em nome do movimento. O FMES, por outro lado, sempre teve a característica de um número marcante de pessoas em suas reuniões, o que é resultado da dedicação que a sociedade civil tem com o movimento e o esforço que a Comissão Executiva do Fórum tem em motivar todas as pessoas relacionadas à Economia Solidária de São Carlos a participarem dos encontros. As duas instâncias têm essa organização de averiguar que ocorre a participação dos envolvidos como o movimento com o propósito de não somente todos os membros do movimento estarem cientes das pautas, mas também ter um grupo forte e unido para lutar pelos direitos que deveriam ser cumpridos pelo poder público.

4.2 Luta e garantia de direitos e políticas

Nas discussões realizadas em 2016 e 2017, o principal tema destacado é a tentativa de mudança do Centro Público para um local que não atende às demandas dos EES. Entre as inúmeras ações para garantir a manutenção no espaço atual, foi solicitado pelo movimento que o COMESOL aprovasse uma Resolução para garantir que o poder público mantenha o espaço do Centro Público de Economia Solidária - Herbert de Souza, na política pública de economia solidária de São Carlos. Vale ressaltar que a discussão foi levada e também discutida nas reuniões do Fórum, sendo esse um espaço importante para a mobilização do ambiente. Para o entrevistado 1, a atuação em conjunto desses dois espaços têm sido fundamentais para a continuidade do movimento na cidade, sempre apontando os problemas

enfrentados pela Economia Solidária nos últimos dois anos e pensando alternativas para resolvê-los.

A respeito dessa primeira tentativa de fechamento do Centro Público, em 2016, o entrevistado 4 relata que as medidas tomadas pelos EES contaram com mobilizações presenciais no local, o que não foi possível agora em 2021 com a nova tentativa de desmonte. Em contrapartida, naquela gestão o movimento não tinha a Frente Parlamentar e apoio significativo na Câmara Municipal, o que foi essencial em 2021.

Para os entrevistados 2 e 3, as tentativas de desmonte do Centro Público só podem ser revertidas por meio da articulação política, emendas parlamentares oferecidas por alguns vereadores da frente parlamentar, denúncias e a pressão do movimento contra o poder público. "Em ambos os fechamentos, o movimento mostrou presença na Câmara, na Prefeitura, com articuladores políticos." O entrevistado 2 ainda relata que "A presença das pessoas foi fundamental neste processo de resistência. Foi a massa de gente que mostrou a importância da política e dos "votos" envolvidos."

Para o entrevistado 3, a articulação de demandas é realizada no Fórum e o conselho municipal estando em contato direto com o poder público, faz com ele cumpram as demandas e necessidades do movimento. Segundo o entrevistado 5, o "FMES é a base de Conselho" e o "COMESOL é base para a política pública."

Outra discussão relevante foi a construção da III Conferência de EcoSol. Durante a sua organização gerou tensões entre o movimento e o poder público, visto que, o mesmo se recusou a assinar o decreto com a convocatória do evento. A justificativa do poder público foi de não compreender os objetivos e pautas que seriam abordadas durante o evento.

Segundo a fala do entrevistado 1, desacordos como esse ocorrem pois há uma certa falta de entendimento pelo poder público do que seja verdadeiramente a economia solidária, bem como falta de interesse dessas instâncias em aprofundar no tema e colocar em prática políticas públicas previstas em lei. Como encaminhamento, o COMESOL escreveu um ofício solicitando o motivo de não assinar o decreto. Também foi discutida a possibilidade de ir à imprensa ou o poder público divulgar o evento. Esse relato nos confirma nossa hipótese do COMESOL e FMES atuarem enquanto porta-voz do movimento, possuindo pleno reconhecimento frente ao poder público.

Para o entrevistado 4, é positivo para o movimento que orientadores técnicos concursados que estão próximos a temática economia solidária. "Eles são um pilar na política pública, pois não evitam que a descontinuidade seja pior", concluiu. O fato de o poder público não dar prioridade a EcoSol reflete na "indicação de cargos em comissão de pessoas despreparadas; a falta de investimentos orçamentários e financeiros na política pública; dificuldade de diálogo, com decisões do poder público tomadas sem consultar o COMESOL e o Fórum; estagnação da política pública, sem novos projetos; dificuldade de criação de novos grupos e EES, entre outras".

Vale ressaltar que uma discussão frequente também nos anos de 2016 era a mudança de governo e o cenário da nova conjuntura política do País. Desse modo, como encaminhamento foram propostas uma série de reuniões que visavam discutir a transição de governos e com a nova gestão dos órgãos de apoio ao movimento. Sendo destacado a importância de o COMESOL acompanhar de perto as novas ações e decisões executadas pelo DAES.

Podemos destacar também o quanto as ações do COMESOL são planejadas para a garantia que a lei nº 15.196 de 26 de fevereiro de 2010, que prevê uma série de ações de fomento e apoio a novos Empreendimentos de Economia Solidária e a consolidação dos já existentes, seja cumprida pelo poder público. Pelos registros das Atas dos meses de março e junho de 2019, houve discussões sobre o descaso do poder público sobre a organização da loja do Comércio Justo e Solidário. A divulgação e a regulamentação do espaço foram exigências feitas pela instância para que 35 pessoas interessadas comesçassem a trabalhar. No entanto, a ausência de política pública de fomento ao espaço desmotivou os trabalhadores. Esse descaso é relatado por todas as pessoas entrevistadas. Todos relatam que o COMESOL, o FMES e a sociedade civil no geral são os responsáveis pelo fato da Economia Solidária continuar presente e promovendo trabalho e renda para a população de São Carlos. A falta de entendimento pelo poder público do que seja verdadeiramente a economia solidária e a falta de interesse dos representantes desse poder em aprofundar no tema e realizar as políticas públicas, as quais são garantidas em lei, voltadas para a economia solidária dificultam o trabalho do movimento com um todo. Desde o processo de construção de banheiro para um local onde os trabalhadores comercializam até a compra de equipamentos necessários para os empreendimentos.

Nos anos de 2020 e 2021 a Economia Solidária de São Carlos sofreu duros ataques. Em 2020 a Prefeitura de São Carlos decretou a Lei nº 19.723 de 25 de julho de 2020, que destinava os fundos municipais para o enfrentamento da Covid-19, muitos conselhos sofreram um grande impacto, entretanto o FMES e o COMESOL se mobilizaram, como sociedade civil, e conseguiram reverter o ocorrido sem, no entanto, ter o apoio do poder público.

Outro ponto que foi amplamente discutido nas reuniões do FMES e COMESOL, foi a tentativa de desmonte do Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza – Betinho, que pegou todos de surpresa, pois a mudança não foi informada a essas instâncias, como da última vez, e por consequência, privando o movimento de Economia Solidária de São Carlos se posicionar contra o ocorrido. Contudo, mais uma vez, a articulação entre fórum e conselho se mostrou primordial para enfrentar tal ataque. Tal assunto é abordado pela participante 4:

Avalio que só não conseguiram desmontar porque tivemos mobilização do Fórum e do COMESOL. Mobilização que resultou em articulação com outros segmentos para ter apoio para a política pública. Somente com a mobilização e organização dos membros dos EES conseguimos barrar o desmonte, que ainda não foi totalmente recuperado. Notamos também que dentro dos espaços, FMES e COMESOL, as discussões foram muitas, na tentativa de buscar a melhor forma de agir contra o ataque, sendo o Fórum uma articulação dos empreendimentos, onde se mobilizaram nas redes sociais e também nas na tribuna livre da câmara municipal, juntamente com a frente parlamentar que foi de grande importância no enfrentamento desta crise, pressionaram o governo, dentro do Conselho, se deu as ações administrativas do processo, visto que para que tal ação fosse realizada, deveria ser pautado junto ao conselho que é deliberativo, uma das participantes ressaltou que: “ houve um movimento intenso de articular com apoiadores importantes no cenário político: frente parlamentar, presidência da Câmara, secretário de Governo. Sem esse movimento de resistência, a situação não teria sido revertida.

Dentre os muitos ataques sofridos pela Economia Solidária de São Carlos, é possível concluir o quão importante o papel que o FMES e o COMESOL desenvolveram para impedir e/ou reverter esses ataques. A articulação entre essas duas instâncias trouxe uma base segura para a reivindicação de pautas e a busca pela garantia de direitos. Além dessas instituições, pode-se destacar o papel fundamental que a organização da sociedade civil deteve e ainda detém sobre o despreparo, ou até mesmo negligência, por parte do poder público sobre as pautas do movimento. Esse despreparo mencionado pelos entrevistados implica em

aumento da necessidade de ações de fiscalização e de luta pelos direitos básicos do FMES e COMESOL para garantir o funcionamento pleno do movimento. Ações essas que poderiam ser evitadas ou serem vistas como não necessárias se porventura o poder público cumprisse seu papel perante a Economia Solidária de São Carlos.

4.3 COMESOL e FMES como porta voz do movimento de economia solidária

Aqui podemos destacar que os debates ocorridos nos anos de 2016 e 2017, buscavam uma maior articulação política pensando na elaboração de um Plano Plurianual e visando a possibilidade da criação de emendas parlamentares visto que as eleições de 2018 se aproximavam. Esses relatos explicitam o papel dessas instituições enquanto porta-voz do movimento de economia solidária em São Carlos. Outras pautas como falas e organização de eventos nacionais também são encontradas nos documentos.

Sobre as parcerias com políticos e vereadores, o entrevistado 4 relata que em épocas eleitorais, membros do movimento se mobilizam para realizarem atividades com candidatos a fim de que se comprometam, caso sejam eleitos, a dar prioridade para as políticas públicas de economia solidária. No entanto, o entrevistado ainda ressalta que infelizmente esse comprometimento não tem acontecido após as eleições.

A importância da participação da sociedade civil também é abordada na fala de todos os entrevistados. É por meio da pressão do povo nesses espaços que muitas demandas são resolvidas e os planos saem do papel. Segundo o entrevistado 2, sem a pressão dos EES no conselho, ele não seria essa ferramenta de controle social e tomada de decisão que é hoje. Ele também ressalta que muitas vezes o ritmo e burocracias do poder público não acompanham as demandas do movimento. "O movimento também precisa saber fazer a leitura de qual é o momento de pressionar e qual é o momento de sentar e conversar." Relata o entrevistado. O entrevistado 3 ainda conclui: "O poder público atual de nossa cidade, aos poucos está percebendo que a força de nossa união como movimento é muito difícil de ser derrubada."

Podemos destacar também o papel da frente parlamentar, que foi de grande importância para a Economia Solidária de São Carlos, dando destaque aos vereadores Djalma Nery (PSOL) e Raquel Auxiliadora (PT), que, além de organizarem a referida frente, também destinaram emendas parlamentares voltados à EcoSol,

tendo esse movimento amplamente amparado pelo FMES e COMESOL, que deram apoio na participação dos empreendimentos, dando voz aos integrantes do movimento. Um dos participantes destaca que “É a primeira vez que temos uma Frente Parlamentar atuante de verdade, que dá retorno das demandas, que ajuda nos momentos de conflito para estabelecer um diálogo efetivo”. Ter o apoio dos vereadores sempre foi pauta dentro do movimento, agora com o apoio e acompanhamento ativo das demandas pela frente parlamentar, o movimento tem base para continuar na luta e reivindicar direitos, como destacado pela entrevistada: “o apoio legislativo é importante, sempre achamos isso” que complementa “tem um quadro na Câmara Municipal que foi favorável, de ter realmente vereadores que apoiam a economia solidária, que articulam.”

Em vista disso, é notável a atuação e reconhecimento do FMES e COMESOL como sendo os porta-vozes da Economia Solidária no município. Corroborando com a hipótese inicial de que é nesses espaços que a voz do movimento se faz ouvida. Destaca-se que esses espaços deliberam e executam uma série de ações que visam a articulação política entre o movimento e o poder público. É por meio da presença e participação nesses espaços que os membros dos empreendimentos se aproximam mais das representações políticas, como vereadores e secretários. A criação de planos de trabalho e apresentação dos mesmos aos candidatos se torna uma forma de reivindicar demandas e apresentar o movimento aos políticos. Dessa forma, a cada ano eleitoral, a EcoSol se reafirma e resiste. Em meio a tantas reivindicações e resistências, a criação da Frente Parlamentar de Economia Solidária é mais uma vitória para o movimento, visto que garante a criação de projetos e emendas que visam a manutenção da Economia Solidária.

5 Considerações Finais

Esse trabalho se preocupou em analisar e refletir a articulação entre o Fórum Municipal de Economia Solidária e o Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos. A análise realizada por meio de documentos e entrevistas indica que as ações e reações de ambas as instituições são importantes para o movimento de Economia Solidária do município, pois essas instituições têm o reconhecimento público, ou seja, a população e o poder público entendem esses espaços como sendo, de fato, os porta-vozes do movimento. Essas instituições mostram grandes contribuições para manter e alcançar conquistas para o movimento de Economia

Solidária na cidade são-carlense. É por meio da participação nessas instâncias que a sociedade civil se faz ouvida e pode reivindicar demandas, garantir direitos e políticas.

A fiscalização de políticas e projetos que envolvem os coletivos também se faz presente nesses espaços. A presença de um Conselho de natureza deliberativa torna-se um diferencial quando comparado a outros conselhos municipais, resultando em um espaço fundamentais para a organização e mobilização do movimento, contribuindo também para um papel emancipador e de formação política ao passo que faz uma ponte direta entre a população de produtores e os representantes políticos da cidade e do país. Não resta dúvidas que essas instâncias atuam na realidade social dos agentes de Economia Solidária, o que justifica o fato da cidade ser reconhecida nacionalmente pelas ações e pela resistência do movimento. Mediante isso, é importante que essas instituições se mantenham trabalhando coletivamente e de forma coordenada, com forte respaldo e participação popular e social.

Referências

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre, RS, Brasil: Bookman, 2005.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. 1. ed. São Paulo, SP, Brasil: Atlas, 2014.

MOLINA, W. S. L.; CARVALHO, J. G. Economia solidária e necessária. **Revista Florestan**. São Carlos, n. 7, p. 6-9, dez., 2020.

REDE ECO SANCA. **Cartilha Economia Solidária Em São Carlos**. Projeto Rede Eco Sanca, v.1, n.1. São Carlos, 2019.

FARAH, A. M. **Conselho municipal de economia solidária: um estudo de uma política pública em São Carlos**. 2019. 92 f. Dissertação de Mestrado - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIAC (FMES). **Regimento Interno**. São Carlos: [s.n.], 2005

SÃO CARLOS. **Lei Municipal Economia Solidária nº 15.853-2011**. São Carlos: [s.n.], 2011.

SÃO CARLOS. **Lei Municipal de Programa de Fomento à Economia Solidária nº 15.196-2010**. São Carlos: [s.n.], 2010.

SCHIOCHET, V. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária**: Breve trajetória e desafios. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECON_institucionalizacao.pdf. Acesso em 20 set. 2021.

OLIVEIRA FILHO, M. A. M. B.; SCHWENCK, B. C. V. G.; GARBUIO, B. I.; SILVA, P. H.; ALMEIDA, M. F. Políticas Públicas e a constituição do movimento de economia solidária: uma análise sobre o caso de São Carlos-SP. In: **XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROCOAS**, 2017, São Paulo. Autogestão, cooperativismo e economia social e solidária: experiências latino americanas, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987